



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VIII (2007)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

**Alex Gonçalves Varela, «Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português»:
análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada Silva (1780-1819). São
Paulo: Annablume, 2006, 272 pp. [Recensão]**

Thábata Araújo de Alvarenga 

Como Citar | How to Cite

Alvarenga, Thábata Araújo de. 2007. «Alex Gonçalves Varela, “Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português”: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006, 272 pp. [Recensão]». *Anais de História de Além-Mar* VIII: 392-400. <https://doi.org/10.57759/aham2007.37705>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2007. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2007. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

pação se tem tantas vezes legislado, não podem ser aplicáveis as regras comuns relativas a este ponto no território desta capitania; porque estes vadios, que em outra parte seriam prejudiciais, se fazem aqui úteis. Eles, excetuando um pequeno número de brancos, são todos mulatos, mestiços, cabras e negros forros: por estes atrevidos homens é que se mandam povoar os remotos sítios do Cuieté, Abre-Campo e outros...» (p. 377).

O que era mandar e governar na América portuguesa? O governador colonial, representante do rei, para cumprir o seu dever, precisava negar a ordem social que representava. A reiteração do todo só se perfazia mediante a diferenciação das partes. Para a autora, «a idéia da utilidade dos vadios das Minas foi, assim, fruto de uma reflexão sofisticada sobre as peculiaridades do meio natural e dos habitantes da capitania: a prática administrativa levava a concepções sobre a ordem social, e a sensibilidade de Dom Antônio impunha que reformulasse idéias preconcebidas com flexibilidade maior do que outros seus companheiros na função da governança» (p. 378).

O livro se consuma com um canto, o *Canto genetliaco*, que Inácio José de Alvarenga Peixoto compôs por ocasião do nascimento de Dom José Tomás, filho do governador que sucedeu a Dom Antônio, Dom Rodrigo José de Menezes. A autora faz uma incursão pela sociabilidade literária mineira em busca das diferenças, das especificidades, das contradições e dos conflitos em tempos de crise sistêmica.

A trajetória de Dom José Tomás oscila de um mundo a outro. Entre o seu nascimento, 1782, e a sua morte, 1819, os mundos se transmutaram. Seguindo-lhe os passos, pode-se acompanhar a tessitura cotidiana de identidades ao sabor do balanço ambivalente e ambíguo de dois impérios.

Como diz Walter Benjamin: «Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia». Lendo *O Sol e a Sombra* para fazer-lhe a resenha, magnetizado pela presença de Laura de Mello e Souza, atendi outra recomendação de Benjamin e «escovei a história a contrapelo», relendo-o de trás para frente. Encontrei, então, uma vez mais, o mesmo humanismo, rigor e coerência. Obra de Mestre.

PAULO CAVALCANTE

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Professor do Departamento de História

Alex Gonçalves VARELA, *«Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português»: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada Silva (1780-1819)*. São Paulo: Annablume, 2006, 272 pp.

«Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português»: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819) materializa os esforços de pesquisa de Alex Gonçalves Varela no âmbito do programa de pós-graduação em História das Ciências, do Departamento de Geociências Aplicadas ao Ensino, do Instituto de Geociências da Unicamp/SP. Nessa obra, originalmente dissertação de mestrado, o autor apresenta à historiografia brasileira, a partir do resgate do perfil do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva, o *clima de opinião* que reinava entre os ilustrados luso-brasileiros no período que concerne à crise do antigo sistema colonial.

A trajetória acadêmica do autor posiciona-o entre os historiadores que se afinam com uma história social das ciências, que abarca tanto a estrutura conceitual do conhecimento científico quanto o universo das práticas sociais dos cientistas. Posicionando-se em meio a uma vertente historiográfica que procura compreender a cultura científica dentro de um contexto sociocultural mais amplo e partindo do pressuposto básico de que o perfil de filósofo e homem público é indissociável, uma vez que tal indissociabilidade caracterizava o homem da ilustração, Varela analisa o pensamento de José Bonifácio por

meio do estudo de suas memórias científicas, buscando reconstituir, a partir do pensamento e da ação do naturalista, a sua relação com o *clima de opinião* típico da Ilustração do século XVIII. Tal é o eixo temático que fundamenta o argumento de Alex Varela e dá sustentação aos quatro capítulos que constituem a sua obra.

Para que melhor possamos compreender a abordagem de conjunto do autor faremos, a seguir, uma síntese de suas principais idéias, por meio do mapeamento dos capítulos do livro. No primeiro capítulo, *A ilustração: um processo histórico*, o autor busca delinear o contexto histórico que influenciou o pensamento e a ação de José Bonifácio. Assim, apoiando-se basicamente em fontes de caráter secundário, mais precisamente na historiografia que se dedica ao estudo da Ilustração européia e na sua recepção no império português, bem como numa literatura sobre a história das ciências, o autor, de um lado, articula o racionalismo crítico e o empirismo, característicos do século das luzes, com a crença fundamental de que a construção do conhecimento humano adviria das investigações filosóficas. Assim sendo, destaca a importância da história natural como campo de investigação sobre o qual os filósofos se debruçam, com o objetivo de alcançar a compreensão do homem e da natureza, formulando os sistemas de classificação e ordenação do mundo natural.

Apoiando-se numa historiografia bastante atual acerca do caráter das luzes, o autor enfatiza que a consolidação do pensamento moderno, consubstanciada na «passagem da transcendência à imanência» (p. 38), é fruto da revolução científica do seiscentos, que operou uma mudança na forma de se considerar o saber e a ciência. Varela destaca como o experimentalismo empregado à compreensão da natureza e o pragmatismo científico atingiram a mineração e a mineralogia (campos específicos de interesse de José Bonifácio), responsáveis pelo desenvolvimento da história natural da terra. Assim sendo, o conhecimento sobre a terra advindo da mineração ampliou-se, consideravelmente, no século XVIII, fomentando a descoberta de minerais valiosos, que contribuíram para que tais ramos do conhecimento se consubstanciassem em importantes áreas de produção comercial. Utilidade e verdade permeavam o conhecimento científico. A filosofia natural deveria ser socialmente útil e seus resultados práticos conferiam-lhe objetividade. A ciência facultava poder ao homem, permitindo-lhe agir na sociedade, com a finalidade de transformá-la em prol da humanidade.

Utilizando-se, por outro lado, de uma literatura sobre a história das ciências naturais, ainda pouco conhecida pelos historiadores brasileiros, Varela reconstitui o pensamento científico que vigorava em torno da história natural do século XVIII, destacando a existência de uma taxionomia neutra e mais objetiva, consubstanciada pela vertente classificatória descritiva de Linné e pela vertente dinâmico-histórico de Buffon, que substituiu os métodos de classificação mais antropocêntricos, fundamentados no simbolismo, que ocuparam papel primordial nos primórdios da história natural.

Tal estudo historiográfico sobre a Ilustração, de maneira geral, e sobre a História Natural, de maneira particular, contribui para que o autor reconstitua o *clima de opinião* típico da Ilustração. Assim sendo, a importância dos estudos filosóficos para a compreensão da natureza, a utilização de um vocabulário universal, a adesão «às mesmas 'utopias'», a preocupação com o ordenamento e a classificação do mundo natural, a valorização da razão, o pragmatismo, o utilitarismo e a objetividade, nos dizeres do autor, permeavam o pensamento ilustrado no século XVIII.

Ainda nesse primeiro capítulo, Varela comunga com uma vertente historiográfica cuja matriz encontra-se nos trabalhos de Falcon¹ e Novais² que considera, de um lado,

¹ Francisco José Calazans FALCON, *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

² Fernando Antônio NOVAIS, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1989.

a defasagem da nação portuguesa no concerto das nações européias e, de outro lado, o caráter conservador, reformista e católico da ilustração portuguesa. Nesse sentido, destaca uma política reformista ilustrada que, fomentada no consulado pombalino e intensificada durante o período mariano e joanino, incentivava a produção científica no império colonial português, consolidando uma cultura científica no âmbito da reformada universidade de Coimbra e da Academia Real de Ciências de Lisboa e institucionalizando as ciências tanto no Reino quanto nas suas possessões coloniais.

Ao articular as premissas do pensamento iluminista com a prática ilustrada que se operou no império colonial português, Varela matiza as pretensões modernizantes do reformismo ilustrado, destacando seu caráter mais secular do que laicizante e considera de fundamental importância, dentro de sua abordagem, a política cultural científica pombalina e os incentivos ao estudo de história natural, que contribuíram para inserir a nação lusa na atmosfera da ilustração.

Considerando que o iluminismo português adquiriu um caráter eclético a partir da conciliação entre «a fé e a ciência; a tradição filosófica e a religião; e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo» (p. 55) e apoiando-se nas análises de Fernando Novais, o autor considera que a modernização portuguesa não propunha um rompimento radical e profundo com as formas tradicionais, mas esforçava-se por harmonizar as inovações com a tradição. No que concerne às reformas pombalinas da educação, Varela destaca o processo de reforma da Universidade de Coimbra e a política de fomento às investigações no campo da história natural, por meio da criação da Faculdade de Filosofia e dos seus estabelecimentos científicos anexos e considera que o plano de estudos dos novos estatutos da Universidade foi orientado no domínio das ciências para a experimentação e a observação, buscando abandonar a matriz aristotélico-tomista e o método escolástico. A renovação cultural e científica que operou-se em Portugal a partir da segunda metade do século XVIII; objetivava, de um lado, formar um novo corpo de funcionários ilustrados para a burocracia estatal e para a hierarquia eclesiástica e, de outro, constituir uma elite do conhecimento interessada na natureza e no homem, em função do programa de exploração científica das colônias.

Em sua reconstituição histórica do período, Varela atesta que «a viradeira» reforçou a corrente cientificista e pragmática da ilustração por meio da criação, em 1780, da Academia Real de Ciências de Lisboa e da atuação de D. Rodrigo de Souza Coutinho. A política reformista ilustrada demonstrou sua capacidade de criar formas específicas de ordenamento do mundo natural das colônias como uma força econômica remobilizadora do império colonial. Das produções naturais da colônia viriam a fonte capaz de tirar o Reino do estado de defasagem econômica em relação aos países de além-pirineus. A Academia Real de Ciências de Lisboa, além de ser o centro aglutinador do novo ideário reformista, transformou-se no *locus* do debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do novo mundo. Para a Universidade de Coimbra, a política ilustrada mariana consistiu na criação de novas cadeiras na Faculdade de Filosofia, com o objetivo de implementar o ensino exigido pela revolução industrial, enfatizando as explorações de minério de ferro e de outros recursos minerais, fontes de desenvolvimento industrial. Nesse contexto insere-se a criação da cadeira de Metalurgia, para a qual José Bonifácio foi designado lente responsável, e o patrocínio de inúmeras viagens científicas, que tinham por objetivo inventariar o novo mundo.

A política fomentista de incentivo às produções naturais na colônia e as pesquisas relacionadas à ciência natural possibilitaram a inserção da colônia na atmosfera da ilustração. Assim sendo, o aumento da produtividade agrícola e o estudo da agricultura como ciência, por meio da aclimação de produtos novos ao solo colonial, resultaram no fenômeno de institucionalização da ciência no novo mundo, conforme atesta matriz historiográfica vinculada à História das Ciências da Unicamp. Assim, pragmatismo, estatismo e cosmopolitismo são características da produção científica setecentista presentes

no pensamento e na ação dos ilustrados luso-brasileiros, dentre eles, José Bonifácio. Segundo o autor, a impossibilidade de se mencionar a formação de um pensamento científico brasileiro nesse período que marca a crise do antigo sistema colonial advém do fato deste pensamento ser marcado por um viés nacionalista português.

Na colônia, as ações relacionadas à política fomentista encontraram respaldo na prática política e administrativa dos governadores das diversas capitanias e na ação dos ilustrados luso-brasileiros, sócios correspondentes da Academia Real de Ciências de Lisboa. Tais questões, reflete o autor, referem-se ao processo de renovação do quadro conceitual que a colônia vivia no campo da cultura científica no âmbito das ciências naturais.

Tomando o conceito de crise do antigo sistema colonial tal como compreendido por Fernando Novais em seu estudo clássico, Varela atrela às medidas fomentistas a tentativa da coroa de manter inalteradas as regras do jogo colonial. Ao mesmo tempo que tal política insere a colônia na atmosfera da ilustração ela redimensiona as formas de extração do exclusivo colonial por uma exploração mais racional das riquezas coloniais.

As páginas finais desse primeiro capítulo são marcadas pela reconstituição histórica das profundas modificações acarretadas ao Império Colonial português pela transmigração da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Fato este que, nos dizeres do autor, contribuiu para o processo de renovação cultural e científico do espaço colonial da América portuguesa. Assim, a instalação da imprensa régia, de bibliotecas públicas, de jardins botânicos, das primeiras instituições superiores de ensino e pesquisa, de cursos avulsos, de laboratórios e museus, contribuíram, sobremaneira, para renovar a cultura científica nos trópicos, integrando-a à atmosfera da ilustração e institucionalizando-a, mesmo considerando o caráter regional e elitista de tais medidas, uma vez que circunscreviam-se às províncias da Bahia e do Rio de Janeiro e limitavam-se ao circuito privilegiado das classes dominantes.

Por fim, o autor salienta que a independência política do Brasil, em 1822, coroa o processo de institucionalização das ciências no Brasil, pois consolida o conjunto de instituições científicas criadas no período anterior, com o objetivo de se fundar uma ciência nacional. Destaca-se, pois, nesse contexto, a transformação do Museu Real em Museu Imperial e sua intensa atividade científica, que, juntamente com os hortos botânicos e as sociedades e instituições científicas contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura científica no Brasil. Nesse sentido, o autor salienta que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro ofereceram aos filósofos naturais brasileiros um espaço para a realização de pesquisas. Embora o modelo científico utilizado nos estudos científicos fosse francês, a reflexão sobre o objeto de estudo – a natureza brasileira – oferecia-lhes o elemento simbólico do que era realmente nacional, possibilitando o surgimento de uma ciência nacional.

«*Adquirindo os modernos conhecimentos científicos*». A *formação e profissionalização do Ilustrado José Bonifácio de Andrade e Silva* é o título atribuído ao segundo capítulo. Utilizando-se basicamente das memórias científicas produzidas por José Bonifácio, o autor resgata a trajetória acadêmica do naturalista até tornar-se bacharel em Leis e Filosofia pela Universidade reformada de Coimbra, onde obteve os primeiros contatos com a bibliografia científica moderna.

Utilizando-se da análise de Ferrone³ sobre o estudioso da ciência do século XVIII, Alex Varela salienta que a carreira de José Bonifácio caracterizou-se, por um lado, por sua vinculação ao modelo de intelectual orgânico e, por outro lado, por sua adesão ao moderno pensamento científico. Assim sendo, enciclopedismo, ideologia científica do progresso, utilitarismo, pragmatismo, vontade e desejo de classificar o mundo natural constituem o pensamento de Andrada e atestam a sua vinculação à «República das

³ VICENZO FERRONE, *O homem da ciência*. IN. Volvelle, Michel (org.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editora Presença, 1997.

Letras». Nesse capítulo, Varela analisa a primeira memória científica produzida por Andrada no âmbito da Academia Real de Ciências de Lisboa: *A memória sobre a pesca das baleias* (1790). Nesse trabalho, Varela observa-o teor pragmático, utilitarista e, portanto, moderno, do pensamento do naturalista luso-brasileiro, que defendia que os produtos naturais, no caso específico as baleias, eram fontes geradoras de riqueza para a nação lusa, capazes de auxiliar no processo de recuperação da economia e de fomento à indústria. Segundo o autor, tal visão de mundo era partilhada pelo sub-grupo dos naturalistas da Academia Real de Ciências de Lisboa, que tinha em Domenico Vandelli seu principal expoente.

Comungando com uma vertente historiográfica que atesta o uso dos princípios da economia política liberal de Adam Smith pelos sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa, Varela destaca, a partir da análise da supracitada memória, que era perceptível no pensamento do naturalista a consciência da contradição de um dos mecanismos do antigo sistema colonial, pois desponta da memória do autor a discussão do contrabando costeiro inglês e norte-americano como ameaça ao exclusivo comercial português. Assim, utilizando-se dos princípios da economia política liberal de Adam Smith, Andrada defende a emulação, a concorrência e a liberdade de comércio, promovendo, desse forma, uma crítica ao monopólio comercial, que configurava-se como empecilho à pesca da baleia.

A análise das memórias científicas de José Bonifácio leva o autor a divergir de uma corrente historiográfica que defendia o seu «conservacionismo», isto é, a crença de que um conjunto de reflexões «ecológicas políticas brasileiras» norteava o pensamento do naturalista. No entanto, em seu estudo, Varela mostra que o pensamento de José Bonifácio estava intimamente vinculado ao ideário pragmático da ilustração, pois pautava-se na crença de que o uso racional dos elementos do mundo natural conduziriam a nação lusa à riqueza e ao progresso técnico.

Além disso, o autor percebe, a partir da análise da memória, o sentimento de nacionalidade portuguesa do naturalista que é expresso na redação em primeira pessoa do plural. Assim sendo, a compreensão do espaço colonial como um prolongamento da metrópole fazia com que todos se sentissem portugueses no império ultramarino português.

Ainda nesse capítulo o autor perfaz a expedição científica realizada por José Bonifácio na Europa Central e do Norte, destacando a sua importância na sua formação profissional e intelectual, uma vez que visitou importantes centros de irradiação das ciências, freqüentando cursos com cientistas renomados, associando-se a entidades científicas, observando, experimentando e registrando os resultados de seus estudos e investigações.

O autor destaca que as viagens científicas que José Bonifácio realizou, juntamente com Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá e Joaquim Pedro Frago, financiadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa, inseriram o naturalista numa «lógica do prestígio», uma vez que o recebimento de bolsas o colocava sob a proteção do Estado português. Da viagem realizada a diversos pontos da Europa, o autor destaca que na *memória sobre os diamantes do Brasil* (1791), apresentada à Sociedade de História Natural de Paris, a argumentação científica de José Bonifácio, se por um lado, rebatia as «calúnias» de pensadores europeus (Buffon, De Pauw), que atestavam o caráter negativo da natureza americana, por outro, afirmava a capacidade dos filósofos portugueses da América de produzirem conhecimento científico. Do relatório de viagem a Freiberg, Varela revela, no pensamento de Andrada, uma tradição de pesquisa que privilegiava as observações das regularidades e das permanências e não dos processos. Na Itália, as descobertas de quatro novas espécies minerais e as suas descrições por José Bonifácio, integraram o naturalista luso-brasileiro, anos mais tarde (1868), a um grupo de mineralogistas reconhecidos internacionalmente. Da análise do diário de viagem de José Bonifácio, escrito na Dinamarca, bem como dos manuscritos avulsos presentes nas coleções do IHGB e do Museu Paulista, Varela desvenda os hábitos de leitura que possibilitam o conhecimento do universo da formação intelectual do naturalista. Revela-se, pois, pelo cruzamento das leituras de autores

e suas respectivas obras, a presença, na formação de Andrada, tanto dos ecos da Ilustração quanto da tradição clássica.

Nesse capítulo, Alex Varela conclui que, cooptado pelo Estado português, José Bonifácio empreendeu viagem de aperfeiçoamento técnico no campo da mineralogia e mineração por diversos países da Europa Central e do Norte, com o objetivo de viabilizar, por meio de seus estudos científicos, a modernização do Estado português. À dimensão científica de tais viagens atrela-se um caráter político: se, por um lado, tais viagens possibilitavam o contato dos naturalistas luso-brasileiros com as ciências modernas, por outro, possibilitavam a formação de funcionários especializados para cargos públicos estratégicos.

No capítulo seguinte «*Esclarecendo a sociedade portuguesa com as luzes da história natural*»: a atuação de José Bonifácio de Andrada e Silva na Ilustração Portuguesa (1780-1819), a inserção do naturalista no ambiente da ilustração é traçada a partir da sua atuação na Academia Real de Ciências de Lisboa como estudioso de História Natural, da sua nomeação para o cargo de lente de Metalurgia na Universidade de Coimbra e para a função de diretor do Laboratório da Casa de Moeda de Lisboa. Utilizando-se das memórias científicas publicadas e manuscritas produzidas no âmbito da Academia de Ciências de Lisboa e de notas pessoais do autor, Varela busca, a partir da compreensão do contexto histórico do período, implementar a leitura memorialística para compreender o pensamento e a prática científica de José Bonifácio.

Considerando a atuação de José Bonifácio na ilustração portuguesa a partir de sua atuação na Academia Real de Ciências de Lisboa que, por meio de suas *Memórias*, estimulava e promovia a produção intelectual nos diversos campos, Varela argumenta que tal instituição, ao voltar-se para pesquisas no campo da história natural baseadas na observação e experimentação, participava do projeto de retirada de Portugal do estado de defasagem econômica em que se encontrava frente à Europa de além-Pirineus. O autor retoma o pensamento de Fernando Novais para salientar que a instituição adotou o ecletismo do reformismo ilustrado, posicionando-se frente a idéias do mercantilismo, adotando princípios fisiocráticos franceses e italianos, bem como os da economia clássica inglesa. Já a partir do recente trabalho de Munteal Filho⁴, o autor destaca uma vertente naturalista-utilitarista existente entre os membros associados à Academia, que centrava no domínio da natureza a alternativa para o processo de retirada de Portugal da defasagem econômica frente à Europa das Luzes. O conhecimento da natureza, advindo do inventário de suas riquezas minerais, animais ou vegetais, e de seu estudo nos estabelecimentos científicos por meio dos métodos do racionalismo crítico, relacionava-se à política fomentista do Estado português. Da análise das memórias de José Bonifácio, atesta Varela que o naturalista colocou a ciência como algo útil à sociedade, uma vez que «a utilidade é a vértebra de sua [de Andrada] concepção de ciência» (p. 140).

A difusão dos conhecimentos científicos por meio da obra de José Bonifácio pode ser entendida como o planejamento racional de ações voltadas para o futuro e projetos prospectivos baseados em análises históricas sistematizadas e atualizadas, reflete o autor. Nesse sentido, as memórias fazem parte de um planejamento estatal para a superação da crise, o que mostra a tomada de consciência do naturalista luso-brasileiro da situação na qual Portugal se encontrava. A preocupação com a utilidade da ciência e a crença de que o conhecimento científico destinava-se ao uso e aperfeiçoamento da humanidade provém de uma matriz baconiana, utopia do pensamento ilustrado, o que atesta a estreita conexão do pensamento de Andrada com o pensamento moderno. Embora a postura de José Bonifácio em seus escritos seja predominantemente científica, Varela percebe a presença da religiosidade nas considerações científicas de Andrada, pois, segundo o autor, o discurso

⁴ OSWALDO MUNTEAL FILHO, *Uma sinfonia para o novo mundo*: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFRJ, 1998. (Tese de Doutorado).

desses ilustrados que tinham em Domenico Vandelli seu principal expoente, pertence a um quadro cultural profundamente enraizado em Portugal e na Itália, onde a religião servia como catalizadora do conhecimento científico.

Em inícios do oitocentos, a abertura de um Curso Docimástico na Casa da Moeda de Lisboa (1801) e, no mesmo ano, a criação da cadeira de Metalurgia na Universidade de Coimbra, ambos sob a responsabilidade de José Bonifácio, tinham como objetivo o aperfeiçoamento técnico científico nessas áreas, elevando Portugal ao grau de desenvolvimento a que chegaram outros países europeus. Em sua passagem pela Universidade de Coimbra, José Bonifácio percebe a defasagem existente na sobredita universidade se comparada a outros centros, sobretudo no campo das ciências naturais. Da análise de notas pessoais e cartas a importantes homens da «viradeira», Varela percebe a insatisfação de Andrada diante do ensino praticado pelo corpo docente e diante da administração universitária. Para reverter tal estado de coisas, o filósofo naturalista redige memórias com «novo método e forma» para estudos de mineralogia no Reino português. No entanto, informa-nos o autor, a documentação atesta dificuldades de funcionamento do Curso de Docimástica e infelicidade no empreendimento de criação e institucionalização da cadeira de Metalurgia e na reforma do curso filosófico, que não saiu do papel, por um lado. em função do acúmulo de cargos pelo próprio José Bonifácio, e por outro, em função dos empecilhos postos pela própria universidade, pela ausência de verbas e de apoio governamental.

«Associando os estudos científicos à administração pública das minas e bosques»: a associação do perfil de filósofo natural e homem público na trajetória do ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva é o último capítulo do livro e é nele que o autor vai desenvolver, com mais acuidade, o argumento que norteia seu trabalho. Nesse capítulo Varela mostra o caráter pragmático conferido à história natural pelo Estado português, a partir da cooptação de José Bonifácio para a administração de importantes órgãos do aparelho de estado. Varela mostra ainda que, ao ocupar-se da Intendência das Minas e Metais do Reino, José Bonifácio produziu diversas memórias científicas no campo da mineralogia, contrariando, assim, o postulado historiográfico, de que muitos homens das ciências se perdem para a vida científica, ou dela não tiram os frutos possíveis uma vez que a multiplicidade de tarefas administrativas os solicitavam para outros rumos⁵. (Cândido: 2000, p. 94).

Segundo o autor, a cooptação dos naturalistas pelo Estado português foi fenômeno característico de fins do século XVIII, em função da valorização do conhecimento científico e técnico e do «reconhecimento do poder da ciência pelo Estado»⁶. À época da «viradeira», a identificação entre ciência e política materializou-se a partir da conexão da Academia Real de Ciências de Lisboa ao Estado português. Cooptado pelo Estado, a partir de 1801, José Bonifácio atua à frente da Intendência das Minas do Reino de Portugal e, a partir de 1802, da Direção das sementeiras e plantações dos areais das costas portuguesas.

Nesse período, no âmbito da Intendência, Andrada escreve memória sobre o uso das matas e bosques e empreende a busca de ferro e de carvão para atender às necessidades da revolução industrial. Alex Varela compreende, a partir da análise memorialística, a crença do naturalista luso-brasileiro no poder da agricultura como fator responsável pela recuperação econômica de Portugal. Tal visão de mundo, conclui o autor, é fruto da apropriação das idéias agraristas pelos membros da Academia Real de Ciências de Lisboa. Fica, pois, evidente, tanto na produção científica de José Bonifácio quanto na do subgrupo de ilustrados utilitaristas naturalistas da Academia Real de Ciências de Lisboa,

⁵ Antônio CÂNDIDO, *Literatura e sociedade*. 8.ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz / Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 94.

⁶ A. CÂNDIDO, *Literatura...* cit., p. 174.

propostas de soluções para vencer a crise econômica do Império colonial português, pelo melhor aproveitamento da produção natural da colônia. Tal fato, salienta o autor, atesta o grau de tomada de consciência que esses intelectuais adquiriram da crise econômica e financeira da nação lusa e reflete o caráter pragmático e moderno do pensamento de José Bonifácio, típico do *clima de opinião* da ilustração.

O autor destaca que a importância do cargo de Intendente das Minas, para o qual José Bonifácio foi designado, estava intimamente relacionada à revolução industrial, que tornou imperiosa a utilização dos recursos minerais. Assim sendo, o século XVIII assistiu ao auge da exploração das minas em função da revolução industrial. Em Portugal, a importância do estudo do sub-solo para pesquisas na área de mineração tinha por objetivo promover sua revolução industrial. Nas memórias escritas por José Bonifácio durante o período em que ocupou o cargo estatal na Intendência Geral das Minas e Metais do Reino destacam-se, por um lado, a tentativa de inventariar o estado da arte da mineração em Portugal, o mapeamento dos problemas existentes na atividade mineradora e as propostas para superar os entraves ao desenvolvimento técnico científico; e, por outro lado, o levantamento das riquezas minerais e o destaque das potencialidades das mesmas para a nação.

Da análise das memórias desse período, Alex Varela destaca que José Bonifácio utiliza-se dos sistemas de classificação dos minerais ora o de Linné, ora o de Wallerius e ora o de Werner; que estava presente nas memórias de José Bonifácio, em função dos termos que empregava, um tipo de linguagem que se caracteriza como *common sense* da mineralogia do século XVIII; e que o naturalista partilhava de uma concepção de tempo geológico – fundamento básico da geologia moderna, que explicava os acontecimentos passados a partir de observações do presente.

Nesse capítulo, Varela salienta que toda a preocupação com o incentivo à criação de fundições de ferro e outros metais, presente nas memórias de vários ilustrados luso-brasileiros advinha da importância que o metal adquiria em função das necessidades da revolução industrial. Assim, a orientação política do governo metropolitano em fins do século XVIII conduzia à implantação e fabricação de ferro em Portugal e no Brasil para o progresso da metrópole e da colônia.

Ao fim do capítulo, o autor destaca, da análise do discurso histórico lido por José Bonifácio à época de seu regresso para o Brasil, em 1819, a referência ao Brasil como um novo Portugal. Tal dado permite ao autor afirmar que a transferência da corte para o Brasil, em 1808, e a política joanina levada a cabo naquele momento específico, operou uma mudança no pensamento de José Bonifácio, que acreditava ser o Brasil, não mais mera extensão do Reino português, mas sede do novo império lusitano. Tal fato atesta a identificação de Andrada com as idéias de um grande império português, centralizado na América, que viabilizaria a superação da crise que se abatia sobre o Reino, conforme utopias de D. Rodrigo de Souza Coutinho. No entanto, destaca Varela, a referência de Andrada ao processo de emancipação política do Brasil, que se opera após a transferência da corte em 1808, relacionava-se mais ao sistema de dominação e não implicava, necessariamente, a separação da metrópole, mas estreita união com Portugal. José Bonifácio, como português da América que era, preconizava, pois, um modelo de emancipação sem ruptura, que mantivesse laços de compromisso entre as duas partes e autodeterminação na gestão dos interesses do Brasil.

Pontuados os aspectos centrais tratados pelo autor, resta-me destacar, no trabalho, as premissas básicas que Varela indica com muita acuidade ao construir seu argumento: a tomada de consciência, por parte dos intelectuais luso brasileiros, da crise que se operava no antigo sistema colonial; o pensamento e a ação do sub-grupo de naturalistas luso-brasileiros, ao qual José Bonifácio se integrava, girava em torno do desenvolvimento técnico e científico do Reino e de suas colônias e tinha por objetivo superar a crise econômica que se abatia sobre o Império colonial português; a existência, no império colonial português, de um política cultural científica que integrava os ilustrados luso-brasileiros ao

clima de opinião típico da ilustração europeia e possibilita a inserção da América portuguesa no ambiente da ilustração; o viés nacionalista português por detrás do pensamento ilustrado luso-brasileiro.

Resta-me acrescentar a importância da obra, não apenas como uma interpretação original que abarca o universo das relações sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, mas como uma abordagem completa sobre o conjunto de uma época. Assim, a riqueza das informações apresentadas e a segurança de suas interpretações acerca do tema configuram-se como elementos fundamentais que nos auxiliam na compreensão total das complexidades e paradoxos do período compreendido pela historiografia como o de crise do antigo sistema colonial.

Assim, a obra apresenta-se como uma referência importante dentro da historiografia que privilegia a história das ciências no âmbito do Império colonial português em fins do século XVIII e inícios do século XIX, pois analisa, através da produção científica de José Bonifácio, o pensamento de um importante naturalista e homem público do período, mostrando o *clima de opinião* vigente entre a intelectualidade luso-brasileira à época da Ilustração e do reformismo ilustrado português.

THÁBATA ARAÚJO DE ALVARENGA

Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo
Professora Titular do Centro Universitário Newton Pai, BH/MG

José Pedro PAIVA, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Reputado estudioso da História da Igreja e do pensamento religioso na época moderna, José Pedro Paiva brindou-nos recentemente com mais uma obra de qualidade, desta feita em torno do perfil sócio-político do episcopado português desde o reinado de D. Manuel I até ao final do governo de D. José. O autor vem, assim, colmatar uma lacuna da historiografia portuguesa, pois embora seja conhecida a acção de vários prelados dos séculos XVI a XVIII¹ e existam muitos estudos que analisam diversas actividades

¹ São raros os estudos biográficos sistemáticos sobre prelados deste período, embora existam muitos estudos parcelares, as mais das vezes dispersos por revistas e livros de actas de congressos. Uma das figuras mais estudadas é, certamente, frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga (1559-1581), que mereceu, aliás, estudos biográficos logo a seguir à sua morte. Dentre as muitas obras existentes, citem-se, como exemplo, *IV Centenário da Morte de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires: Actas do Colóquio Comemorativo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1990; Aníbal Pinto de Castro, *Fra Bartolomao dei Martiri, un vescovo tridentino per la modernità*, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires um bispo tridentino para a Modernidade, Roma – Coimbra, 1999. Outro prelado bracarense, mas com um percurso oriental prévio, que tem sido muito estudado é D. Fr. Aleixo de Meneses, arcebispo de Goa (1595-1612) e de Braga (1612-1617), quicá pela sua acção determinante na subordinação da cristandade siro-malabar à tutela romana, por via do Sínodo de Diamper (1599). Para lá de muitos estudos parcelares, veja-se Carlos Alonso, *Alejo de Meneses O.S.A. (1559-1617): arzobispo de Goa (1595-1612)*, Valladolid, *Estudio Agustiniiano*, 1992. Outro prelado ultramarino estudado de forma sistemática foi D. Luís Cerqueira, que governou a diocese japonesa entre 1598 e 1614. Cf. Inácia Rumiko Kataoka, *A Vida e a Acção Pastoral de D. Luís Cerqueira S.J., Bispo do Japão (1598-1614)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997; João Paulo Oliveira e Costa, *O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luís Cerqueira*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1998 (dissertação de doutoramento – texto policopiado).